

**A RESTAURAÇÃO REACIONÁRIA NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA¹**Luciana Aliaga²**Resumo**

Neste artigo buscaremos em primeiro lugar expor brevemente os principais argumentos daqueles que sustentam a interpretação do autoritarismo contemporâneo brasileiro como uma reedição do fascismo com novos contornos. Em seguida pretendemos utilizar o conceito de “revolução-restauração”, formulado por A. Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, como modelo heurístico para interpretação do bolsonarismo como uma forma específica da restauração autoritária no Brasil.

Palavras-chave: Brasil; Pandemia; Bolsonarismo; Fascismo; Extrema-direita; Crise de hegemonia; Revolução-restauração.

A GRAMSCIAN READING OF THE INTERNATIONAL PANDEMIC CONJUNCTURE FROM THE PERSPECTIVE OF STRENGTH RELATIONS**Abstract**

In this article we will first seek to briefly expose the main arguments of those who support the interpretation of contemporary Brazilian authoritarianism as a reissue of fascism with new outlines. Then we intend to use the concept of “revolution-restoration”, formulated by A. Gramsci in *Quaderni del Carcere*, as a heuristic model for interpreting Bolsonarism as a specific form of authoritarian restoration in Brazil.

Keywords: Brazil; Pandemic; Bolsonarism; Fascism; Extreme right; Crisis of hegemony; Revolution-restoration.

UNA LETTURA GRAMSCIANA DELLA CONGIUNTURA PANDEMICA INTERNAZIONALE DALLA PROSPETTIVA DELLE RELAZIONI DI FORZA**Riassunto**

In questo articolo cercheremo prima di esporre brevemente i principali argomenti di coloro che sostengono l'interpretazione dell'autoritarismo brasiliano contemporaneo come una riedizione del fascismo con nuovi contorni. Successivamente, intendiamo utilizzare il concetto di "rivoluzione-restaurazione", formulato da A. Gramsci nei *Quaderni del Carcere*, come modello euristico per interpretare il bolsonarismo come una forma specifica di restaurazione autoritaria in Brasile.

Parole-chiavi: Brasile; Pandemia; Bolsonarismo; Fascismo; Estrema destra; Crisi dell'egemonia; Revolution-restaurazione.

¹ Artigo recebido em 11/08/2020. Avaliação em 26/09/2020. Aprovado em 08/10/2020. Publicado em 22/12/2020.

² Professora do Depto. Ciências Sociais e do programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba/ UFPB

Introdução

Não restam dúvidas que a pandemia de COVID-19 nos coloca diante de uma das mais graves emergências sanitárias pelas quais já passamos, com consequências desastrosas para a humanidade primeiro porque ameaça a própria sobrevivência, mas também porque agrava todos os problemas sociais, econômicos e políticos preexistentes, deixando expostas as raízes das nossas mazelas estruturais. No Brasil, as péssimas condições sanitárias que persistem há séculos, agora incidem diretamente sobre a chance de sobrevivência a curto prazo das populações pobres da periferia, pois, embora a doença tenha se espalhado primeiro entre as camadas mais abastadas das grandes cidades, atualmente é entre os estratos sociais mais vulneráveis economicamente que infecta o maior número de pessoas³. Nesse sentido, as profundas diferenças de acesso ao tratamento médico, aos leitos de UTI, às condições sanitárias e de alimentação, de moradia e de trabalho impactam diretamente sobre a vida das populações negras e pobres⁴.

A pandemia, que em todo mundo já fez mais de meio milhão de mortos⁵ até o presente, também coloca em relevo e aprofunda os efeitos políticos dos movimentos antidemocráticos, reacionários, anti-intelectualistas e anti-humanistas que se reorganizaram na última década. Evidentemente este não é um fenômeno apenas brasileiro, tanto a pandemia quanto o reavivamento do pensamento e dos movimentos reacionários ocorrem em escala internacional⁶. No Brasil é possível dizer que enfrentamos três grandes crises: uma crise sanitária, causada pela

³ A maior pesquisa sobre a situação da pandemia de Covid-19 no Brasil, feita pela UFPel, afirma que “em relação ao nível socioeconômico, nas três fases da pesquisa, houve uma tendência linear de maior proporção da população com anticorpos conforme diminui o nível socioeconômico. Além disso, a diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos aumentou de 1,1 ponto percentual na primeira fase, para 2,0 pontos percentuais na segunda fase e 2,3 pontos percentuais na terceira fase” (Conferir UFPEL, “EPICOID19-BR divulga novos resultados sobre o coronavírus no Brasil, 10/jul./2020, p. 07, disponível em <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1865-maior-estudo-sobre-covid-19-analisou-proporcao-de-anticorpos-da-populacao-brasileira>).

⁴ Tratamos sinteticamente deste tema em outro texto, cf. XXX, 2020.

⁵ Conferir <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>.

⁶ Ver, por exemplo, MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Cia das Letras, 2019; RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018; LEVITSKY, S., ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

pandemia do novo Coronavírus; uma crise econômica estrutural, de proporções internacionais; e uma crise política⁷.

Esta crise política, ou, pode-se dizer, crise de hegemonia, não foi causada pelo governo que se instaurou em 2018, é uma crise que se arrasta pelo menos desde 2013 com as grandes manifestações de rua e a posterior deposição da presidenta da república Dilma Rousseff, em 2016⁸. Contudo, as três crises não encontraram condições de solução, mas, pelo contrário, estão se agravando no governo de Jair Bolsonaro⁹. O novo presidente da república eleito em 2018, por meio de suas redes sociais alimentadas quotidianamente desde a campanha eleitoral, adotou a prática de insuflar essas forças reacionárias ao mesmo tempo em que se apoia politicamente nelas, afirmando e fortalecendo movimentos de direita e de extrema-direita. Em outros termos, os fortes acentos autoritários deste governo são retroalimentados por sustentáculos civis que em grande medida retomam pautas antidemocráticas do pré-1964, apoiadas no discurso anticomunista. Neste cenário ganham espaço e aceitação pública diversos discursos, grupos e atores que defendem a necessidade de proteger os valores da família cristã, a restrição das liberdades e dos direitos civis (principalmente dos LGBT e as pautas de gênero, as

⁷ Sobre a crise econômica e política conferir: SAMPAIO JR, P. A., 2017; SOLANO, E., ORTELLADO, P., MORETTO, M., 2017; MIGUEL, L. F., 2019.

⁸ Os primeiros sinais da erosão do consenso democrático no Brasil surgiram nas mobilizações de junho de 2013, que, apesar de sua origem popular e democrática, rapidamente foram tomadas por reivindicações reacionárias pela volta da ditadura militar. As manifestações atraíram um grande número de grupos, coletivos e atores, cuja militância nas ruas, mas principalmente virtual, por meio das redes sociais, encerrou uma década de paz social, expressando-se em uma profunda polarização política entre direita e esquerda (cf. ROCHA, 2019, p. 25), que culminou com a deposição de Dilma Rousseff da presidência da república em 2016.

⁹ O IBGE indica o recuo de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2020, se comparado com os três meses anteriores. Segundo esses dados, este foi o recuo mais intenso desde 2015 (-2,1%) (cf. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/29/ibge-crise-economica-causada-por-covid-19-diferente-de-todas-anteriores.ghtml>). No âmbito político, estamos há quase três meses sem Ministro da Saúde, desde a saída de Nelson Teich em 15 de maio de 2020, isto significa que a política de enfrentamento do Covid-19 está sem coordenação federal em meio ao número crescente de mortes. Além disto, surgiram investigações envolvendo membros da família de Bolsonaro e de seus apoiadores (Conferir <https://www.bbc.com/portuguese/52699583>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-21/stf-mira-empresarios-e-deputados-bolsonaristas-que-patrocinaram-e-organizaram-ato-pro-intervencao.html>; <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moraes-investiga-mensagens-de-deputados-suspeitos-de-atos-pro-ai-5.ghtml>; <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-stf-autorizar-inquerito-sobre-atos-deputado-bolsonarista-diz-que-corte-e-comunista,70003278508>). Consultados em 16/06/20. A insuficiência da política econômica adequada para enfrentamento da pandemia, assim como a ingerência política no Estado impactam diretamente nos dados crescentes da pandemia no Brasil, que até o dia 02 de agosto já havia feito 94.104 mortes (cf. <https://covid.saude.gov.br/>).

liberdade de ensino nas escolas e universidades), bem como o ataque aos demais poderes de Estado e a reivindicação de um golpe militar¹⁰.

Do ponto de vista da crise sanitária, é notória a total insensibilidade não apenas do presidente da República, mas do conjunto de seus ministros em relação às mortes de milhares de cidadãos brasileiros. Causa estranheza que o contexto dramático da pandemia não tenha ocupado nenhum pequeno ponto na pauta da reunião ministerial do governo Bolsonaro, que ocorreu em 22 de maio de 2020¹¹, que nenhum ministro ou o próprio presidente da república tenha demonstrado minimamente qualquer preocupação com esse cenário de crise humana e social¹². Pelo contrário, o tema da pandemia de Covid-19 no Brasil apareceu, por exemplo, na fala do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, como oportunidade para operar uma ampla desregulamentação ambiental. Diz o ministro:

Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva ... quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos, que a imprensa não está ... Tá nos dando um pouco de alívio nos outros

¹⁰ Conferir, entre outros, “Protesto 'contra o comunismo' na UnB acaba em ato 'contra fascismo' e tumulto” – disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/unb-reforca-seguranca-e-pede-apoio-da-pf-e-agu-apos-anuncio-de-protestos.shtml>; Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT – disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>. Bolsonaro faz incitação à violência que não cabe a um candidato à presidência – disponível em <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/208065/bolsonaro-faz-incipitacao-violencia-que-nao-cabe-um-.htm>. Manifestantes ocupam a Esplanada dos Ministérios pedindo volta ditadura militar – disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/manifestantes-ocupam-a-esplanada-dos-ministerios-na-tarde-desta-segunda.shtml>; Sobre o financiamento de manifestações antidemocráticas por bolsonaristas conferir <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-21/stf-mira-empresarios-e-deputados-bolsonaristas-que-patrocinaaram-e-organizaram-ato-pro-intervencao.html>; <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moraes-investiga-mensagens-de-deputados-suspeitos-de-atos-pro-ai-5.ghtml>; <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-stf-autorizar-inquerito-sobre-atos-deputado-bolsonarista-diz-que-corte-e-comunista,70003278508>. Consultados em 16/06/20.

¹¹ A divulgação do vídeo da reunião foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello. A íntegra da transcrição do vídeo foi amplamente divulgada pela mídia e pode ser baixada neste link <https://assets.documentcloud.org/documents/6923169/Decis%C3%A3o-de-Celso-de-Mello-que-liberou-v%C3%ADdeo-de.pdf>. Na bibliografia final o documento está registrado como DITEC- INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020.

¹² As referências que aparecem nas falas dos presentes na reunião tangenciam a pandemia de Covid-19 para tratar de outros temas, frequentemente se referem à crise econômica aprofundada por ela, bem como o cenário econômico posterior. Mesmo Nelson Teich, então ministro da saúde, numa breve fala, se refere ao problema financeiro que os hospitais teriam com a pandemia, bem como ao colapso do sistema hospitalar no cenário pós-pandemia (Cf. DITEC- INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020, p. 34-35). Damaris Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foge à regra quando demonstra preocupação com os efeitos da pandemia no âmbito dos “costumes”. Ela diz “será que vão querer liberar que todos que tiveram coronavírus poderão abortar no Brasil?” (Idem, p. 46). Mas de modo geral nenhum ministro ou o próprio presidente da República trata de políticas para enfrentamento da pandemia e nem do crescente número de mortes.

temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo [...] Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam ... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. (DITEC-INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020, p. 19).

Diante deste quadro de profunda crise humanitária e total ausência de políticas públicas federais para enfrentamento da pandemia nos perguntamos pelo caráter e pelos objetivos deste governo. Parece urgente uma caracterização não apenas do contexto de crise, mas das respostas que são dadas ou omitidas a esta crise. E neste sentido se torna fundamental compreender o fenômeno que hoje é chamado de bolsonarismo e, de fato, em publicações recentes percebe-se um grande esforço intelectual, dentro e fora da universidade, concentrado em desvendar este fenômeno político de modo mais rigoroso. Esse neologismo passou a fazer parte do vocabulário político recente e, a despeito de ainda não ter sido definido rigorosamente, via de regra os termos “bolsonarismo/ bolsonarista(s)” fazem referência às ações ou manifestações de indivíduos, partidos, movimentos, sites e redes sociais que apoiam Jair Bolsonaro, ao próprio Bolsonaro ou à seus ministros¹³.

Este esforço intelectual se debruça justamente sobre o fenômeno da reemergência no Brasil deste tipo específico de autoritarismo que se caracteriza pela recorrente busca de apoio das massas por meio do amplo recurso à propaganda, empregando especialmente as mídias digitais e as *fake news*. O bolsonarismo – assim como o fascismo – demonstra pretender se tornar um movimento de massas,

¹³ Sobre as referências ao termo na mídia, ver, entre outros, <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/aulas-de-bolsonarismo/>; <https://cartacampinas.com.br/2020/05/professor-descobre-origem-do-bolsonarismo-e-diz-que-consequencia-sera-catastrofica-ao-brasil/>; <https://brpolitico.com.br/noticias/bolsonarismo-entre-clamor-ao-golpe-e-brigas-internas/>; <https://aterraeredonda.com.br/a-sombra-do-inevitavel/>; <https://aterraeredonda.com.br/fascismo-e-racismo/>; <https://aterraeredonda.com.br/a-esfinge-do-domingo/>; <https://aterraeredonda.com.br/programa-de-saneamento-publico/>; <https://aterraeredonda.com.br/os-manifestos-dos-arrepentidos/>; <https://aterraeredonda.com.br/cinematoca-o-bolsonarismo-em-dois-minutos/>; <https://aterraeredonda.com.br/dias-perigosos/>; <https://aterraeredonda.com.br/o-bolsonarismo-como-movimento-politico/>. Consultados entre 16/06 e 17/06/20. A academia ainda não “desvendou” esse fenômeno novíssimo, mas já há análises importantes que tangenciam o tema como, por exemplo, sobre o discurso bolsonariano, ver GUIRADO, 2019; a relação entre o conservadorismo e o evangelismo, ver ALMEIDA, 2019.

de caráter revolucionário (*anti-establishment*¹⁴). Em função das evidentes similaridades com formas autoritárias do passado, em especial com o fascismo italiano da primeira metade do século XX, a bibliografia tem recorrido frequentemente a conceitos como neofascismo ou profascismo para compreender o contexto político e social brasileiro.

Neste artigo buscaremos em primeiro lugar expor brevemente os principais argumentos daqueles que sustentam a interpretação do autoritarismo brasileiro como uma reedição do fascismo com novos contornos. Em seguida pretendemos utilizar o conceito de “revolução-restauração”, formulado por A. Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, como modelo heurístico para interpretação do bolsonarismo como forma específica do autoritarismo brasileiro.

1. Fascismo no Brasil?

Já é possível encontrar bibliografia sobre a extrema-direita no Brasil, especialmente sobre aquela que se organiza em torno do bolsonarismo, que o caracteriza como fascismo ou neofascismo. Em função dos limites impostos aqui vamos dialogar com apenas dois autores que têm se dedicado a uma conceptualização: Armando Boito Jr. (2020), e Michel Löwy (2015; 2020).

Armando Boito Jr. (2020, p. 111) caracteriza o movimento de apoio, assim como o governo de Bolsonaro como neofascista. Para o autor, o fascismo teria uma validade geral como conceito, sendo, por esta razão, um equívoco confiná-lo à Itália do período entre 1919 e 1945. Deste modo, o autor argumenta que assim como o conceito de fascismo, os conceitos de democracia, monarquia e república se baseariam também em generalizações (Idem, p. 113). Boito Jr. chama a atenção, portanto, para o fato de que seria “possível formar-se um movimento social fascista num regime democrático” e que também seria “possível a constituição de um governo fascista sem que ocorre[sse] a passagem para uma ditadura fascista” (Idem, p. 111). Neste sentido, “o fascismo, enquanto forma de organização do aparelho de poder de Estado, [seria] uma variante da forma ditatorial do Estado capitalista, ou seja, [seria] um tipo de ditadura distinto, p. ex., da ditadura militar”

¹⁴ Isto fica bastante claro no discurso de Bolsonaro e dos seus ministros na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 (cf. DITEC- INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, 2020). Para análises histórico-conceituais do fascismo consultar FRESU, 2017; D’Orsi, 2010.

(Idem, p. 114). O autor conclui, assim, que o fascismo deve ser compreendido como um conceito e, como tal, consistiria numa forma geral, em um gênero, que teria diversas “espécies” diferentes, entre as quais se encontraria o neofascismo brasileiro (cf. p. 116).

Michel Löwy (2015), apesar de ter afirmado que a história nunca se repete e de ter demonstrado baixa propensão em concordar com uma versão brasileira do fascismo, defendeu a tese de que um fenômeno pode se rerepresentar de formas diferentes na história. Diz o autor:

“Enquanto na Europa existe, em vários países, uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, isso não ocorre no Brasil. O fascismo brasileiro, o integralismo, chegou a ter bastante peso nos anos 1930, inclusive influenciando o golpe do Estado Novo, em 1938. Mas a extrema-direita brasileira atual tem pouca relação com essa matriz antiga; grupos neofascistas existem, porém, são marginais. Nada comparável com a Aurora Dourada grega ou a Frente Nacional francesa” (LÖWY, 2015, p. 662).

Neste artigo Löwy chamou a atenção para o que entendia ser o elemento mais importante para desvendar a extrema-direita no Brasil, que seria a cultura colonial “que impregna atitudes e comportamentos mesmo muito tempo depois da descolonização” (LÖWY, 2015, p. 657). Contudo, em abril de 2020, no *Blog da Boitempo*, o autor publicou o artigo “O neofascista Bolsonaro diante da pandemia”, onde afirma:

“O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século XXI. Por exemplo, não toma a forma de uma ditadura policial, respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como o eram as SA alemãs ou o *fascio* italiano” (p. 3).

Percebemos, portanto, que a tese da irrepetibilidade da história se mantém na análise de Löwy, contudo, a existência de uma forma política neofascista no Brasil aparece muito mais provável cinco anos depois, isto é, após a instauração do governo Bolsonaro.

2. Apreensão do presente a partir do passado

O que esse debate nos mostra é que a caracterização de fenômenos novíssimos a partir de denominações já conhecidas – como, por exemplo, a

caracterização do bolsonarismo como fascismo – é um procedimento recorrente na história dos conceitos. Frequentemente necessitamos recorrer a conhecimentos do passado para apreender fenômenos novos, ainda não plenamente manifestos. Bernardo Ricupero, em “Notas sobre o bonapartismo, o fascismo e o bolsonarismo”, mostra como o fascismo em seus primórdios foi entendido por diferentes intelectuais da época como uma forma de bonapartismo, isto é, como parte de uma “mesma família de regimes políticos, ambos sendo formas de ditaduras diretas do capital” (RICUPERO, 2019, p. 5). Como vemos, para viabilizar a apreensão intelectual de novos eventos históricos, para os quais ainda não existe um vocabulário próprio, recorreu-se à semântica do passado, relativa aos eventos já conhecidos, já apreendidos conceitualmente.

Neste mesmo sentido, Karl Marx, em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, obra que constitui a principal fonte para a discussão sobre o conceito de bonapartismo¹⁵, já havia chamado a atenção para o fato de que as gerações presentes tomam emprestados os nomes do passado mesmo quando parecem revolucionar a história. Diz o autor:

“A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo de ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com esse disfarce de velhice venerável e essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal” (MARX, 2008, p. 208).

Utilizar a semântica do passado para caracterizar fenômenos novos, ainda não plenamente apreendidos é, portanto, um procedimento recorrente na história dos movimentos e do pensamento político. Este procedimento, contudo, apresenta um caráter eminentemente provisório na medida em que se baseia numa analogia que ainda é muito precária em função do nível de conhecimento do fenômeno. Neste sentido, fascismo e neofascismo brasileiros podem ser entendidos como conceitos provisórios, ou mesmo como “não-conceitos”.

Com o objetivo de contribuir com esta discussão, sem a pretensão de fechar o debate ou encontrar a solução acabada para o problema, propomos a utilização do conceito de “revolução-restauração”, formulado por A. Gramsci nos *Quaderni del*

¹⁵ Sobre isto consultar BONGIOVANNI, 2010.

Carcere, como modelo heurístico para interpretação do bolsonarismo como forma específica da restauração reacionária brasileira.

3. Revolução-restauração e bolsonarismo

Propomos entender o bolsonarismo como uma forma política específica de gestão do poder que, a despeito do vocabulário revolucionário, da promessa de renovação da política, é fundamentalmente um movimento de restauração do reacionarismo ligado tanto ao militarismo quanto ao colonialismo, estruturantes da nossa cultura política ao longo dos séculos. Em outros termos, o bolsonarismo pode ser definido como um momento de reação – assim como no passado foi a ditadura civil-militar – gestado num período de crise de hegemonia no interior das relações sociais de forças no Brasil. Neste sentido, pode ser entendido como uma forma política concreta da dialética histórica revolução-restauração, proposta por A. Gramsci nos *Quaderni del Carcere*.

Antonio Gramsci testemunhou e desenvolveu sua atividade militante durante a crise econômica prolongada desde 1917, com a persistência da carestia, da fome e a conseqüente insatisfação das classes populares italianas, que foram elementos centrais da crise política que abriria caminhos para ascensão do regime fascista. Naquele cenário, os movimentos e partidos no amplo espectro da esquerda não tiveram uma direção consciente que sintetizasse e canalizasse as reivindicações econômico-corporativas em pautas políticas capazes de criar um movimento popular organizado e coeso, o que impactou na derrota dos movimentos operários do *Biennio Rosso* (1919-1920) e abriu a via para o golpe de Estado¹⁶. Nos *Quaderni del Carcere*, o autor recupera essas experiências e concentra sua análise no contexto político e econômico no qual o fascismo se afirmou. Gramsci aponta os holofotes para as relações sociais e políticas de forças, ressaltando que em situações de crise como essas – não apenas na Itália da primeira metade do século XX, portanto – aumentam as oportunidades para que grupos reacionários consigam aprofundar sua influência na política:

Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes

¹⁶ Sobre esse assunto consultar Dias, 2000.

subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado” (Q. 3, §48, p. 328¹⁷).

A solução para a crise de hegemonia, portanto, quando não se equaciona em sentido progressista, popular, pode vir a ser resolvida regressivamente, pelo alto, isto é, pode ocorrer por meio de um golpe aberto de Estado ou por meio de um líder carismático, sem ruptura formal das instituições liberais, mas com caráter autoritário. No caso da Itália, o fascismo foi, na leitura gramsciana, uma solução pelo alto para a resolução da crise de hegemonia que se arrastava desde o final da Primeira Guerra Mundial. O fascismo teria sido, então, uma das formas políticas a partir das quais se apresenta a revolução passiva.

No processo de formulação do conceito de revolução passiva nos *Quaderni*, inicialmente Gramsci se debruçou sobre a análise da unificação italiana, processo conhecido como *Risorgimento*, que culminou com a formação do Estado moderno na Itália no século XIX. De acordo com A. Gramsci, nos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês, como a Itália, a modernização do aparelho de Estado se daria sem a explosão revolucionária, isto é, sem a mudança radical e violenta das relações sociais e políticas, mas, por meio de ondas reformistas moleculares, que expressam a conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes feudais (cf. Q. 10II, §61, p. 1361). O conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas [...] sem explosões revolucionárias como aquela originária francesa” define um processo de revolução sem revolução.

Estas ondas reformistas modernizam o aparelho de Estado conservando as antigas classes no poder, e ao mesmo tempo absorvem molecularmente as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitando as massas e, assim, impedindo sublevações violentas vindas de baixo (*idem*). Nestes contextos, o impulso para o progresso não está baseado no desenvolvimento econômico nacional, mas naquele internacional, isto é, a revolução burguesa se desenvolve a partir do impulso dos países centrais, principalmente sob a influência da Revolução Francesa (Cf. Q. 10II, §61, p. 1361). O resultado deste processo é uma forma de Estado com democracia restrita, dominada por elites conservadoras e

¹⁷ Utilizamos o padrão de citação internacional de Gramsci nos *Quaderni del Carcere* indicando a letra “Q”, seguida do parágrafo e da página de referência.

reacionárias, com alto nível de apatia política e reiterada subalternização cultural e política das massas.

Contudo, Gramsci se refere também ao fascismo na Itália como uma “forma de revolução passiva própria do século XX” (Q. 8, § 236, p. 1089). O autor atribuiu o mesmo sentido ao fordismo no Q. 22 (*Americanismo e Fordismo*) (Cf. Q. 22, §1, p. 2140). Nos EUA o fordismo foi considerado por Gramsci uma forma de revolução passiva que respondia à Revolução de 1917 acolhendo “elementos de programação econômica na tentativa de conservar o capitalismo” (cf. COUTINHO, 2014, p. 367). Em síntese, tanto o fascismo como o fordismo seriam formas conservadoras próprias do século XX, como reações e respostas pelo alto à crise de hegemonia aberta pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa, sustentando a ordem, modernizando de formas variadas o aparelho produtivo e, ao mesmo tempo, mantendo as massas na passividade e obediência.

Gramsci afirma que em momentos de difícil exercício da função hegemônica (na crise) a corrupção-fraude se interpõe entre o consenso e a força. Quando a classe dominante perde o consenso, deixando de ser dirigente, mas unicamente dominante, “detentora de pura força coercitiva” abre-se o campo para a crise de hegemonia (cf. Q 3, § 34, p. 311-312). Nesta situação – causada porque “a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra)” ou porque as grandes massas populares saíram subitamente da passividade política e passaram a apresentar reivindicações potencialmente subversoras da ordem – “abre-se o campo para soluções de força” (cf. Q 13, § 23, p. 1603). Uma vez que as grandes massas populares não são mais convencidas pelas ideologias tradicionais que mantêm a direção política da classe dominante, resta a estas soluções de força.

Destarte, com a supressão das forças populares italianas pela derrota do movimento operário desde 1917 até o *Biennio Rosso*, a solução veio por meio do fascismo, uma forma autoritária de regime, apoiada num movimento de massas de contornos ideológicos particulares. Gramsci, contudo, não atribui generalidade conceitual ao fascismo, que é uma forma política concreta e específica, mas à revolução passiva, como conceito passível de generalização. Em outros termos, o conceito que empresta generalidade ao fenômeno e que pode, portanto, ser

operacionalizado em outras realidades históricas e temporais, não é o fascismo em si, mas a revolução passiva.

Nos *Quaderni*, o conceito de revolução passiva foi identificado ao conceito de revolução-restauração sempre que se tratava da análise da Itália, não em todos os casos, contudo, na recepção do conceito esta identificação foi generalizada, de modo que esses dois conceitos sofreram uma fusão. Embora esta identificação seja consensual na literatura especializada¹⁸, a concepção de revolução-restauração foi ainda pouco estudada e a completa identificação ao conceito de revolução passiva conduz a problemáticas antinomias, como é o caso de conceituar a Revolução francesa ao mesmo tempo como um processo de revolução ativa e de revolução passiva. Temos desenvolvido a tese de que os conceitos de revolução passiva e de revolução-restauração se identificam para o caso da Itália, mas não em todos os casos¹⁹.

Gramsci claramente sugere a identificação entre revolução passiva e revolução-restauração (cf. Q. 10II, §41, XIV, p. 1325-1326). O autor, contudo, não afirma uma revolução passiva na França, por exemplo. O contexto da identificação entre revolução passiva e revolução-restauração nos *Quaderni* é o da história italiana e dos Estados europeus que se modernizaram após a Revolução francesa. De modo que é possível concluir que os dois conceitos estão profundamente articulados, mas não se equivalem para todos os casos. O caso francês, neste sentido, pode ser caracterizado como a concretização histórica da dialética revolução-restauração, sem ser também um caso de revolução passiva. Se, ao contrário, identificarmos totalmente e para todos os casos a revolução passiva à revolução-restauração, estaremos dizendo que todos os processos revolucionários na história podem ser caracterizados como revoluções passivas, o que lança o conceito numa profunda indeterminação.

No Q. 1, §44, por meio da análise do *Risorgimento*, Gramsci inicia a formulação de uma “teoria” do movimento histórico, em especial aquele que se refere à construção e afirmação de novas hegemonias, que seria composto por períodos de “expansão” e de “coerção”. De acordo com o autor,

¹⁸ Para dar um exemplo recente, o *Dizionario Gramsciano*, recém-traduzido para o português e publicado no Brasil, por exemplo, não traz definição para o verbete “revolução-restauração”. Ele está presente no *Dizionario*, mas remete o leitor ao verbete “revolução passiva” (cf. p. 731).

¹⁹ Conferir XXX, 2017; 2019.

“Este fenômeno se verifica ‘espontaneamente’ nos períodos nos quais determinada classe é realmente progressiva, isto é, faz avançar toda a sociedade, não somente satisfazendo às suas exigências existenciais, mas ampliando continuamente os seus quadros para uma contínua conquista de novas esferas de atividade industrial-produtiva. Quando a classe dominante exaure a sua função, o bloco ideológico tende a se desintegrar e agora a ‘espontaneidade’ é sucedida pela ‘coerção’ em formas sempre menos veladas e indiretas, até as verdadeiras e próprias ações policiais e aos golpes de Estado” (Q. 1, § 44, p. 42).

Disto se deduz que todo processo histórico ativo de consolidação de uma nova direção política passa por um primeiro momento progressivo, hegemônico, mas, que aos poucos vai se esgotando. A classe cada vez mais precisa se valer da coerção para sustentar seu domínio, até o golpe de Estado, que consiste num movimento reacionário. O progresso histórico, assim, caminha por meio de um movimento de expansão e regressão. Esta análise aparece desde os primeiros cadernos, mais tarde, na nota no Q10I, § 6, p. 1219-1222, composta entre abril e maio de 1932, ele nomeará este processo como dialética revolução-restauração. A concepção de revolução-restauração, neste sentido, ganha maior generalidade, como “forma” do movimento mais geral, que encontra seu caso mais exemplar na Revolução francesa. Na Revolução francesa o progresso ocorreu por fases de inovação seguidas por fases de restauração no longo período que vai de 1789 a 1871 (cf. Q. 10I, § 9, p. 1226; Q. 10II, § 41.XIV, p. 1324 e Q10II, § 61, p. 1361). A eleição de Luís Bonaparte em 1848 e posteriormente o golpe de Estado – elementos importantes para a definição do Bonapartismo – teria sido, neste sentido, um momento de restauração após o primeiro período de revolução.

Contudo, essa dialética inovação-conservação se concretizou de modo diferente no processo de constituição do Estado unitário na Itália, conhecido como *Risorgimento*. Neste caso, o momento da revolução e da expansão progressista da classe, que faz avançar toda a sociedade, é limitado e simultâneo ao da restauração, isto é, uma revolução sem revolução, ou uma revolução passiva. Este caso particular de concretização histórica da dialética revolução-restauração ocorre como revolução passiva quando, no caso da Itália *risorgimental* (e também no período do fascismo) a gestão da crise e a manutenção da ordem são dirigidas pelas classes dominantes de um bloco histórico já existente anteriormente. Assim, ao invés de uma nova hegemonia se afirmar, são as velhas forças que se vestem de novas roupagens e que assimilam os grupos adversários mais ativos (cf. Q. 1, § 44,

p. 50). A revolução-restauração seria, portanto, um movimento histórico passível de generalização que se concretiza de formas diversas em casos particulares, que assumem a forma política de acordo com as condições do contexto histórico, social e político, isto é, uma *forma histórica particular* de realização.

Neste sentido propomos compreender os fenômenos do Nazismo e do Fascismo (na Alemanha e na Itália século XX, respectivamente), e mesmo o Bonapartismo (na França do século XIX) como formas políticas específicas da dialética revolução-restauração, que podem ser definidas como respostas autoritárias com forte apelo popular às crises de hegemonia não resolvidas a partir de uma solução popular, democrática. Partindo desta constatação, propomos também a interpretação do bolsonarismo como um momento da restauração reacionária em curso desde o início desta década, como resposta à crise de hegemonia aberta nesse período.

Em síntese, a partir da análise histórica podemos perceber que todas essas formas políticas autoritárias e/ou reacionárias – bonapartismo, fascismo, nazismo (e bolsonarismo) – emergiram em conjunturas que apresentavam três elementos comuns: 1. Uma prévia e profunda crise econômica e uma crise de hegemonia; 2. A derrota dos movimentos dos trabalhadores, movimentos populares, da esquerda, e; 3. Emergência de forças reacionárias organizadas.

Destarte, o conceito de revolução-restauração, em nosso modo de ver, lança luz sobre os elementos de generalidade e de especificidade dessas respostas autoritárias.

Considerações finais: bolsonarismo, militarismo e colonialismo

O Bolsonarismo, diferente da personalidade individual de Jair Bolsonaro, pode ser entendido tanto como uma forma de gestão do poder e como um movimento reacionário de massas, incitado pela propagação das *fake news*, que emerge em função de uma crise política, econômica, social e ideológica, cujas origens podem ser identificadas em 2013. Não é possível dizer, contudo, que Jair Bolsonaro tenha um projeto de Estado – diferente de Hitler ou Mussolini –, mas, ao contrário, o que se torna cada vez mais evidente é que ele possui exclusivamente um projeto individual (ou familiar) de poder e claramente está em campanha para reeleição em

2022. Contudo, no afã de manter-se no poder, equilibrando-se de crise em crise institucional, causadas por ele próprio ou por seus ministros, vai aprofundado a crise de hegemonia, aprofundando as rachaduras no interior do bloco no poder e diminuindo a possibilidade de construção de consensos e de enfrentamento da pandemia. Bolsonaro, no movimento de agarrar-se ao poder, aprofunda, portanto, a crise política, econômica e sanitária, permitindo e mesmo contribuindo para morte de milhares de pessoas, despertando forças reacionárias que não será capaz de controlar.

Contudo, para desvendar a forma política autoritária do bolsonarismo é de fundamental importância compreender os fundamentos da cultura política brasileira, como já observou Löwy (2015, p. 657), isto é, a cultura colonial “que impregna atitudes e comportamentos mesmo muito tempo depois da descolonização”. Neste sentido, ao menos dois elementos são basilares para compreender o caráter específico do nosso autoritarismo: o militarismo e o colonialismo.

O colonialismo lança luz sobre o racismo estrutural e sobre as desigualdades sociais extremas no Brasil, que neste período de pandemia se tornam dramáticas, redundando no maior número de mortes nas classes sociais mais baixas. Segundo Florestan Fernandes, uma das questões principais em relação ao caráter da dominação burguesa no Brasil consiste na configuração das nossas elites. O principal traço das elites formadas durante o período colonial, que persiste ao longo dos anos mesmo depois da Independência, não era o despreparo intelectual, porque elas estavam tão preparadas quanto as elites europeias, a questão era fundamentalmente o particularismo destas, seu arraigamento a ordem estamental, ao latifúndio:

“Desde que não se pusesse em questão ‘os interesses sagrados da Nação’, abertamente confundidos e identificados pelos estamentos senhoriais com os interesses da Lavoura e mola mestra do seu radicalismo político, havia uma vasta área para a assimilação de novas adaptações econômicas, políticas e sociais” (FERNANDES, 1975, p. 53).

Diante disto, Fernandes observa o amálgama entre forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado, redundando em uma revolução dentro da ordem (cf. Idem, p. 54-55), isto é, ao mesmo tempo em que o Estado moderno brasileiro se apresentava como ruptura com o estatuto colonial (internalização dos centros de decisão), a nova ordem nacional construiu-se a partir da herança colonial.

O colonialismo, como uma estrutura social, política e cultural reproduzida ao longo dos séculos na história brasileira, está sendo sistematicamente restaurado no governo Bolsonaro como política de Estado, tanto por sua manifesta e reiterada subalternidade ao presidente norte-americano D. Trump, quanto pela ausência de políticas federais de enfrentamento a uma pandemia que ceifa principalmente as vidas negras e pobres, tanto quanto das populações indígenas, a mercê dos seus efeitos devastadores e da exploração ilegal das reservas florestais brasileiras. Reservas totalmente desprotegidas pelo Ministério do meio Ambiente dirigido por Ricardo Salles, que, como dissemos no início, propõe aproveitar o momento de pandemia e a distração da mídia com o tema para “passar a boiada”, “passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação” das normas de proteção ambiental, numa clara política de lesa-pátria.

O militarismo, por sua vez, como outro elemento estrutural importante na política brasileira, que ainda carrega as feridas abertas por duas décadas de extrema e cotidiana violência no período da ditadura civil-militar, é restaurado no governo Bolsonaro, ou seja, ganha novo impulso e valor com o elogio reiterado da ditadura pelos bolsonaristas e pelo próprio Bolsonaro, assim como o loteamento do Estado por militares. Os militantes bolsonaristas, como já dissemos, em suas manifestações antidemocráticas encontram na intervenção militar, e em especial no AI-5, a solução para os problemas do Brasil, que eles imaginam estar concentrados no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, na medida em que ousam impor os limites entre os poderes. Esses são os elementos mais profundos e mais deletérios para a democracia, fundamentais para desvendar as bases do bolsonarismo, que precisam ser melhor conhecidos em suas determinações específicas.

Referências

XXX, L. “Pandemia e Violência Estrutural no Brasil”. *DPolitik*. João Pessoa-PB, 2020. Disponível em <https://dpolitik.com.br/leitor/edicao-i---maiojunho---2020>.

XXX, L. “Revolução passiva: um conceito em construção”. *Anais do I Colóquio Internacional Antonio Gramsci* – International Gramsci Society, Campinas: Unicamp, 2017.

XXX, L. “Revolução passiva e revolução-restauração: dois conceitos em construção”. II *Colóquio Internacional Antonio Gramsci – International Gramsci Society*, Unesp, Marília, 2019 (no prelo).

ALMEIDA, R. “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v38, n.01, pp. 185-213, jan. –abr., 2019.

BOITO JR, A. “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo”. *Revista Crítica Marxista*, n.50, p.111-119, 2020.

BONGIOVANNI, B. “Bonapartismo”. In D’ORSI (org.) *Gli ismi della politica*. Roma: Viella, 2010.

CASTELO, R. “Gramsci e o conceito de crise orgânica”. *Revista Margem Esquerda* nº. 19. São Paulo: Boitempo editorial, out/ 2012.

COUTINHO, C. N. “Notas ao texto”. In A. GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DIAS, E. *Gramsci em Turim, a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã: 2000.

DITEC- INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, LAUDO No. 1242/2020 - INC/DITEC/PF, disponível em <https://assets.documentcloud.org/documents/6923169/Decis%C3%A3o-de-Celso-de-Mello-que-liberou-v%C3%ADdeo-de.pdf>. Consultado em 22/05/2020.

DEL ROIO, M. T. “A particularidade da revolução passiva no Brasil: uma tradução de Gramsci. In _____. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Unesp, 2018.

DEL ROIO, M. “A URSS e o socialismo de Estado”. In PINHEIRO, J. (org.). *Marx: Crise e transição*. Marília: Oficina Universitária, 2014.

DEL ROIO, M. T. “Translating passive revolution in Brazil”. *Capital & Class*, nº. 36(2), 2012, p. 215 –234.

D’ORSI, A. “Fascismo”. In _____.(org.) *Gli ismi della politica*. Roma: Viella, 2010.

FELICE, F. “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci”. In FRANCO

FERRI, *Política e História em Gramsci*, vol. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRESU, G. *Nas trincheiras do ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana*, Torino: Einaudi, 2007.

LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009.

LÖWY, M. "Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil". *Revista Serviço Social*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LÖWY, M. "O neofascista Bolsonaro diante da pandemia". *Blog da Boitempo*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>.

GUIRADO, M. "Entre Discurso e Ato, há muito mais do que se imagina". *Psicologia USP*, volume 30, 2019.

MARX, K. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

RICUPERO, B. "Notas sobre o bonapartismo, o fascismo e o Bolsonarismo". *Revista Carta Maior*, 11/12/2019. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Notas-sobre-o-bonapartismo-o-fascismo-e-o-bolsonarismo/4/46033>. Consultado em 24/06/2020.

ROCHA, C. "'Imposto é Roubo!' A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff". *Dados*, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

SAMPAIO JR, P. A. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. "2016, o ano da polarização?". *Análise*, n. 22, 2017.